

Em Tese

CONFLITOS DE CLASSE E OPERAÇÃO LAVA JATO: O LAVAJATISMO COMO REPRESENTANTE POLÍTICO DA ALTA CLASSE MÉDIA

Class conflicts and Operation Car Wash: the lavajatism as the political representative of the upper middle class

Conflictos de clase y la Operación Lava Jato: el lavajatismo como representante político de la clase media alta

Arthur Menezes Salomão

Doutorando e Mestre em Ciência Política

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas, Brasil

amsalomao@outlook.com

<https://orcid.org/0009-0007-2732-0003>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

O papel da Operação Lava Jato como agente político fixado no conflito de classes ainda é um tema pouco discutido, a despeito do crescimento considerável da literatura científica sobre a Operação. Este artigo analisa a ação política de uma camada destacável da burocracia de Estado lavajatista em relação à principal base social de oposição aos governos petistas: a alta classe média. Os objetos empíricos observados são de dois níveis: a) documentos, como notícias de jornal, notas institucionais, entrevistas e discursos dos operadores da Lava Jato; b) entrevistas e questionários aplicados em manifestações pelo impeachment. Com tais objetos, qualificamos os integrantes da Lava Jato entre sua afiliação burocrática e seu pertencimento de classe e, em seguida, examinamos o discurso anticorrupção e de regeneração nacional construído em sintonia com uma base social presente nas mobilizações pró-impeachment. Nossa hipótese central é que a burocracia de Estado lavajatista expressou as aspirações políticas da alta classe média e, naquela conjuntura, converteu-se em seu representante político, em sentido amplo.

PALAVRAS-CHAVE: Operação Lava Jato. alta classe média. lavajatismo. impeachment.

ABSTRACT

The role of Operation Car Wash as a political agent fixed in the conflict between classes is still an underdiscussed topic, despite the considerable growth of scientific literature on the Operation. This article analyzes the political action of a detachable segment of the Lavajatista bureaucracy in relation to the main social base of opposition to PT governments: the upper middle class. The empirical objects observed are of two levels: a) documents, such as newspaper news, institutional notes, interviews and speeches of Car Wash operators; b) interviews and questionnaires applied in protests pro-impeachment. With these objects, we qualified the members of Lava Jato between their bureaucratic affiliation and their class positions. Then, we examined the anti-corruption and national regeneration discourse built in line with a social base present in the pro-impeachment mobilizations. Our central hypothesis is that the Lavajatist bureaucracy expressed the political aspirations of the upper middle class and, at that juncture, became its political representative in the broad sense.

KEYWORDS: Operation Car Wash. upper middle class. lavajatismo. impeachment

RESUMEN

El papel de la Operación Lava Jato como agente político inserto en el conflicto de clases sigue siendo un tema poco discutido, a pesar del considerable crecimiento de la literatura científica sobre la Operación. Este artículo analiza la acción política de un segmento destacable de la burocracia estatal lavajatista en relación con la principal base social de oposición a los gobiernos petistas: la alta clase media. Los objetos empíricos observados se sitúan en dos niveles: a) documentos, tales como noticias periodísticas, notas institucionales, entrevistas y discursos de los operadores de Lava Jato; b) entrevistas y cuestionarios aplicados durante las manifestaciones a favor del impeachment. Con estos materiales, caracterizamos a los integrantes de Lava Jato en su doble condición de afiliación burocrática y pertenencia de clase y, posteriormente, examinamos el discurso anticorrupción y de regeneración nacional construido en sintonía con una base social presente en las movilizaciones pro-impeachment. Nuestra hipótesis central es que la burocracia estatal lavajatista expresó las aspiraciones políticas de la alta clase media y, en aquella coyuntura, se convirtió en su representante político en un sentido amplio.

PALABRAS CLAVE: Operación Lava Jato; alta clase media; lavajatismo; impeachment.

1 INTRODUÇÃO

Embora vitorizada por diversas fontes, não é um exagero retórico afirmar que a crise política que culminou na destituição de Dilma Rousseff seria diferente – para dizer o mínimo – sem o protagonismo judicial da Operação Lava Jato. Desde 2014, quando as investigações de um esquema de lavagem de dinheiro principiaram a operação, ela esteve no centro das discussões sobre a política nacional. Sua ação célere e seu ajustado timing (ALMEIDA, 2019) agravaram a instabilidade política, especialmente em momentos que o governo tentava se recompor, e forneceram justificativas para a construção do impeachment, afetando o partido do governo e sua principal figura política.

Neste artigo, não buscamos esgotar o tema da Operação Lava Jato, o qual tem apresentado múltiplas frentes de pesquisa. Em seu interior, destaca-se uma perspectiva analítica dedicada ao aspecto organizacional e institucional, de aprimoramento dos controles democráticos e do combate criminal à corrupção nas instituições de justiça (KERCHE, 2018; RODRIGUES, 2020). Outra importante frente de pesquisa privilegia a formação dos agentes judiciais em perspectiva internacional e de desenvolvimento de redes de difusão global de práticas anticorrupção (ALMEIDA, 2019). Herdeira de uma longa tradição de estudos da sociologia jurídica e da sociologia de profissões, a literatura acumulada sobre a Operação Lava Jato permite uma melhor compreensão do desenho institucional e da formação dos agentes judiciais de combate à corrupção.

A problemática em que se insere este artigo extrapola os efeitos estritamente jurídico-penais da Lava Jato e avança em direção à sua intervenção política, isto é, aos momentos de produção de efeitos no processo político nacional. Situa-se, assim, nas relações entre direito e política no Brasil e, mais especificamente, na relação entre a burocracia de Estado associada ao sistema de justiça e as classes sociais. Nossa premissa



teórica é a de que as instituições de Estado não estão apartadas dos conflitos de classe (POULANTZAS, 2019 [1968]). A distinção entre poder de Estado, enquanto controle e conteúdo das decisões estatais, e aparelho de Estado, como o lugar de exercício desse poder desempenhado por um corpo de funcionários, é fundamental para compreender essa premissa. As lutas entre diferentes classes e frações de classe atravessam as instituições de Estado, algo observado no período dos governos de coalizão do PT (BOITO JR., 2018, p. 223-226). A ação das instituições de Estado também revela como setores sociais capturam os centros de implementação da política estatal para privilegiar suas demandas ou para resistir às investidas contra seus interesses.

Sendo assim, o papel da Operação Lava Jato como agente político fixado no conflito entre as classes sociais ainda se mostra uma lacuna na literatura. Dito de forma mais ampla, buscamos situar a ação da burocracia de Estado lavajatista à luz dos conflitos de classe vivenciados no ciclo dos governos do PT. Nesse sentido, o objetivo específico deste artigo consiste em analisar como a Lava Jato se tornou um agente político dotado de um projeto – alterando a correlação de forças e constituindo uma aliança com a grande imprensa nacional – sob o ângulo da relação estabelecida com a principal base social de oposição aos governos petistas: a alta classe média. Nossa hipótese central é que, encontrando ambiente propício na predisposição criada pelo mensalão e pela reação aos impactos das políticas neodesenvolvimentistas do PT, uma camada destacável da burocracia lavajatista expressou as aspirações políticas da alta classe média e se converteu em seu representante político, em sentido amplo.

A questão da representação política nos exige uma breve digressão teórica. A teoria política marxista, que informa este artigo, concebe o espaço de representação política e de luta entre partidos, movimentos e organizações políticas “como uma espécie de superestrutura da luta de classes e de frações de classe” (BOITO JR., 2007, p. 139). Nesse caso, a representação política é encarada como lugar de expressão de interesses de classe, como uma base socioeconômica da política. Diferentemente de outras tradições teóricas, para o marxismo, a política não é um espaço totalmente desvinculado e apartado do restante da vida social, mais especificamente da economia e da ideologia. Além disso, a política não se confunde estritamente com a política institucional, fato do qual decorre a noção de sentido amplo. As classes sociais agem politicamente com o intuito de ter seus interesses de classe atendidos pela política de Estado, o que enseja conflitos de classe no desenrolar do processo político.

Duas observações são necessárias. A primeira é a de que os interesses de classe se encontram defasados quando representados na cena política (POULANTZAS, 2019), isto é, não há uma tradução direta e linear das práticas políticas das classes na cena política. Como os interesses também são dissimulados no intuito de representar o “povoação”, seu desvelamento consiste em um procedimento metodológico próprio do marxismo. Com isso, o marxismo concebe a cena política como o espaço de atuação, manifesta ou dissimulada, de partidos, movimentos e organizações enquanto representantes de interesses das classes sociais no processo político. Em segundo lugar, a ação política das classes não é um mero reflexo das posições na estrutura social, ou seja, não há um posicionamento fixo, automático e unívoco das classes e frações (GALVÃO, 2011). Em realidade, a exploração e a dominação de classe impõem limites aos interesses, às orientações ideológicas e ao posicionamento político.

Para isso, o texto está dividido em três seções. Em um primeiro momento, expomos a definição de alta classe média e abordamos as raízes de sua rejeição aos governos petistas. Em seguida, discutimos as filiações institucionais e o pertencimento de classe dos agentes do sistema de justiça envolvidos na Operação Lava Jato. Em um terceiro momento, examinamos a forma como os próprios agentes lavajatistas construíram o discurso da Operação Lava Jato em sintonia com a busca por apoio de uma base social de massa.

1 A ALTA CLASSE MÉDIA NO CICLO DE GOVERNOS DO PT

Nosso primeiro passo consiste em abordar o significado e os efeitos das políticas dos governos petistas sobre a fração superior da classe média. Seguimos as avaliações segundo as quais o ciclo de governos do PT se caracterizou por reformas superficiais no modelo econômico neoliberal herdado do final do século XX, sem alterar profundamente a base econômica e a estrutura de classes que alimentam a desigualdade social brasileira (BOITO JR., 2018; SINGER, 2012). Seu suporte advinha da frente neodesenvolvimentista, uma ampla frente política composta por setores das classes populares, como os trabalhadores da massa marginal, e por setores burgueses, como a burguesia interna (BOITO JR., 2018). De forma resumida, o programa neodesenvolvimentista, implementado por meio de maior intervenção estatal, direcionou políticas de subsídios e desonerações tributárias para grandes grupos de maior inserção nacional – os famosos campeões nacionais – ao mesmo tempo em que estimulava o mercado interno com políticas de

crédito, corrigia o salário mínimo e expandia as políticas sociais, cujos alvos eram as classes populares. Foram implementadas políticas sociais de acesso ao ensino superior, de habitações populares, de provimento de médicos em municípios do interior e nas periferias urbanas, além de outras políticas como a regularização do trabalho doméstico e as cotas sociais/raciais nas universidades federais e no serviço público.

Essas políticas encontraram resistência de setores sociais que condenavam um Estado mais intervencionista e que reivindicavam um retorno ao neoliberalismo ortodoxo dos governos FHC. Dirigido pelo capital financeiro internacional e pela fração burguesa associada a ele (BOITO JR., 2018), o campo neoliberal ortodoxo, representado pelo PSDB no plano partidário, argumentava que o protagonismo estatal e a expansão dos gastos públicos levariam o país à recessão e exigiriam mais tributos, implicando também em mais corrupção. Além desses setores burgueses, a oposição neoliberal encontrava lastro social em um segmento influente das classes trabalhadoras, a alta classe média.

Na perspectiva aqui adotada, as classes médias estão situadas em torno do heterogêneo contingente de trabalhadores que desempenham atividades predominantemente “não-manauais”. Sua busca por distinção social produz um sentimento de superioridade do trabalho “intelectual” ante o trabalho manual, fundamentado na ideologia meritocrática (SAES, 1985). O apego à “escala de dons e méritos” é definidor para a constituição da classe média (CAVALCANTE, 2018), por isso, a ideologia meritocrática tende a marcar seu posicionamento político como forma de defesa de sua posição social. Nesse sentido, a valorização de suas funções e qualificações, a justificativa de sua posição diferenciada na hierarquia social e a legitimidade de seus interesses ocorrem por meio de noções ideológicas que naturalizam a divisão do trabalho como uma pirâmide de dons e méritos (BOITO JR., 2007).

Entretanto, mesmo no interior deste contingente restrito de trabalhadores, normalmente localizados em atividades de gestão, administração e técnico-científicas, ainda há outras diferenciações decorrentes de suas situações de trabalho. Como exemplo, há trabalhadores cujas funções “intelectuais” dependem mais fortemente de sua autonomia e de sua criatividade, enquanto outros trabalhadores não-manauais se ocupam de funções de caráter reiterativo e socialmente menos valorizadas. Por efeito, as classes médias não são um bloco monolítico com posições políticas coesas, mas um conjunto de setores sociais cuja heterogeneidade interna nos permite fracioná-los.

Em sintonia com a própria dinâmica histórica de constituição dessas posições, trabalhamos com duas camadas: a) a baixa classe média – caracterizada por baixos

salários, trabalho controlado e simplificado, atividade que dispensa elevada formação escolar e socialmente menos valorizada; b) a alta classe média – salários elevados, controle sobre o trabalho de terceiros, autonomia e posse de diplomas universitários. Nesse sentido, enquanto a baixa classe média tem condições de vida e trabalho mais próximas dos trabalhadores manuais, a alta classe média apresenta maior apego à ideologia meritocrática e experimenta um estilo de vida próximo das classes dominantes, distância essa que também impacta no temor da proletarização e no medo da desclassificação.

Quais seriam, então, as raízes da oposição da alta classe média aos governos petistas? Nossa explicação toma como base a repercussão dos efeitos das políticas neodesenvolvimentistas do PT sobre a reprodução do modo de vida da classe média e sobre a ideologia que justifica sua posição social. Em virtude do espaço limitado, optamos por apenas resumir um processo mais amplo de afronta ideológica e perda de privilégios materiais e simbólicos. Tomemos como exemplo dois conjuntos de políticas que tiveram forte impacto negativo nessa camada social.

O primeiro deles foram as políticas de democratização do acesso às universidades. A expansão do Ensino Superior, seja ele público (Reuni) ou privado (políticas de financiamento e de bolsas estudantis – Fies e ProUni), e a adoção de cotas sociais/raciais nas universidades públicas e no serviço público federal facilitaram e viabilizaram o ingresso das classes populares nessas instituições, muito significativas para a reprodução da alta classe média. Por efeito, tais políticas reduziram o percentual de ingressantes dos filhos da classe média, contestaram sua reserva de mercado e, mais especificamente no caso das cotas, questionaram a validade dos mecanismos meritocráticos que justificam as posições e os privilégios da classe média.

O segundo conjunto de políticas refere-se à melhoria nas condições de vida e trabalho das empregadas domésticas, resultante das políticas redistributivas, da valorização do salário mínimo e da regularização do trabalho doméstico. No país com maior número de empregadas domésticas do mundo¹, a classe média tradicional se acostumou a pagar pouco por jornadas extensas e a demandar muitas funções dessa mão de obra abundante e desvalorizada. Em razão da herança escravocrata e servil, que degradou o trabalho manual e relegou os afazeres domésticos às mulheres negras, os patrões sempre estabeleceram de forma contundente, por vezes humilhantes, os espaços permitidos para

¹ G1. Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT. Concursos e Emprego, 9 jan. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>. Acesso: 13 jul. 2022.

as trabalhadoras domésticas. Ao final do segundo mandato de Lula da Silva, o encarecimento desse serviço², além da melhora no poder de barganha, incidiram como uma ameaça à dominação paternalista e servil dos lares, agravada ainda pela promulgação da PEC das Domésticas, em abril de 2013. A reação dos empregadores foi instantânea e se manifestou em termos morais, com interpretações depreciativas e preconceituosas de pobres, negros e nordestinos. Conforme Pinho (2015, p. 123), uma reação comum das classes médias foi desaprovar o fato de que os pobres não estão mais em seu lugar.

Em resumo, a alta classe média sentia-se ausente do programa dos governos petistas, voltado em grande medida para o fortalecimento da grande burguesia interna, erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida daqueles que estavam em patamares inferiores a ela na pirâmide social. Mais do que ausente, via mercadorias antes reservadas ao seu estilo de vida e espaços significativos para a reprodução de sua posição social³ serem ameaçados pelas políticas igualitaristas de combate às desigualdades sociais, responsáveis por promover certa ascensão das classes populares. Algumas políticas sociais ainda secundarizavam a ideologia meritocrática que justifica sua posição na estrutura social (CAVALCANTE; ARIAS, 2019). Tudo isso era agravado pelo fato de que, dado o sistema tributário brasileiro, concentrado em impostos indiretos e leniente com os muito ricos, a alta classe média julgava-se responsável por custear tais políticas. Usufruindo de serviços privados e presumindo que seus impostos serviam para sustentar políticas redistributivas – vistas como compra de voto do eleitorado pobre – ou para alimentar a corrupção dos políticos profissionais, desenvolvia-se nesses setores uma crença de que estavam sendo explorados, como exposto nos cartazes da campanha pró-impeachment.

Este processo de rejeição esteve marcado por um discurso seletivo e instrumentalizado contra a corrupção, desencadeado após a denúncia de compra de apoio parlamentar por parte do governo em 2005. Cunhado pela grande imprensa como “mensalão” e explorado como o “maior escândalo de corrupção da história do nosso país”, o caso forneceu aquele que seria o principal mote de combate ao PT: a bandeira

² Segundo dados do IBGE, levantados pela Folha de São Paulo em 2012, o número de empregadas domésticas vinha caindo desde 2008, o que proporcionou um aumento no rendimento do grupo. De 2004 até 2012, o ganho real dos salários das trabalhadoras domésticas foi de 56%, ante 29% da remuneração média do conjunto geral dos trabalhadores. Ver: SOARES, Pedro. Ganho de empregados domésticos sobe 56% em oito anos, mostra IBGE. Mercado, 2 jan. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/01/1208874-ganho-de-empregados-domesticos-sobe-56-em-oito-anos-mostra-ibge.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

³ Com o aumento da renda e o maior acesso ao crédito, as camadas populares passaram a frequentar espaços exclusivos de distinção – como se tornou notório no caso dos aeroportos e dos “rolezinhos” – e a consumir mercadorias reservadas às classes médias tradicionais – como produtos de marca, carros, etc –, o que instigou a sensação de desvalorização simbólica.

anticorrupção. Desse momento em diante, os governos petistas seriam associados, por parte da oposição, à corrupção e ao “aparelhamento” do Estado como forma de perpetuar-se no poder. As denúncias, com a cobertura seletiva da grande imprensa nacional, influíram no comportamento eleitoral da alta classe média. De acordo com Singer (2012), em conjunto com as medidas socioeconômicas do primeiro governo Lula voltadas à população de baixa renda, o mensalão produziu um realinhamento eleitoral em 2006 cujos efeitos principais foram a formação de uma base lulista nas camadas mais pobres e a adesão da classe média à oposição tucana.

Diversas pesquisas têm argumentado que a crítica anticorrupção guarda relação estreita com as classes médias. Embora apresente um caráter retórico universalista capaz de encobrir motivações fundamentais e de se disseminar por distintos setores, a luta contra a corrupção carrega conteúdo de classe daqueles que a mobilizam (MARTUSCELLI, 2016). Nas crises políticas mais recentes, mas também em outras conjunturas da história política brasileira (SAES, 1985), a classe média se revelou base primordial de difusão desse discurso, que assume uma feição seletiva (KOERNER; SCHILLING, 2015) ao evidenciar um posicionamento frente o processo político. Ainda que diversos setores sociais possam se engajar na luta contra a corrupção, a classe média, em conformidade com sua ideologia, estabelece uma relação unívoca e preferencial com o discurso anticorrupção (BOITO JR., 2018). Como ressaltou Cavalcante (2018), aqueles que escalam as hierarquias sociais fora dos mecanismos de seleção socialmente válidos distorcem a norma e o comprometimento com o ideal de igualdade de oportunidades e ofendem o meritocratismo. Por esse motivo, a luta anticorrupção sensibiliza particularmente os setores da classe média mais apegados à ideologia meritocrática, que passam a encarar a corrupção como atentado moral e ofensa à moralidade pública. Como veremos, isso as torna suscetíveis a defender agentes “imparciais” do Judiciário contra o “populismo” dos agentes políticos.

Em meados de 2013, com a desaceleração econômica e o declínio da mobilidade social agravando o conflito distributivo (GALVÃO; TATAGIBA, 2022), sua revolta começou a ganhar corpo. Durante os protestos que inundaram as ruas brasileiras em junho, a luta contra a corrupção se espalhou no debate político como forma de atingir os governos petistas, sobretudo a partir da sua segunda fase (SALOMÃO; GALVÃO; CAVALCANTE, 2025), quando movimentos anticorrupção e alta classe média se encontraram nas ruas. Embora iniciada por movimentos à esquerda com pautas progressistas, a mobilização se encerrou, depois de ser confiscada por agentes e movimentos à direita, com um combate moralista da corrupção e pelo fortalecimento de bandeiras conservadoras. Com a saída de

cena do MPL, um conjunto heterogêneo de agentes e de organizações libertárias, notadamente agentes sem participação ou organização de protestos, ocuparam as ruas e deram outro sentido para os protestos. Há, desse ponto de vista, um deslocamento das pautas, bandeiras, identidade visual, estratégias de confrontação e da composição social dos protestos. Esse desvio foi protagonizado pelos movimentos anticorrupção e pela classe média revoltada com a corrupção, expostas diuturnamente com o julgamento do mensalão.

Os movimentos libertários e conservadores que emergiram após a janela de oportunidades das mobilizações de 2013 (GALVÃO; TATAGIBA, 2022), juntamente com a classe média tradicional, retornariam à cena política nos anos seguintes. Após a frustração com o resultado das eleições presidenciais de 2014, iniciaram uma campanha de atos em defesa do impeachment de Dilma Rousseff. Convocados virtualmente pelas páginas do Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Revoltados Online (ROL), os protestos se iniciaram no final de 2014, encontraram seu ápice em 2015 e atingiram seu objetivo em 2016. Ao todo, a campanha produziu cinco grandes atos nacionais, quatro deles em 2015 e um em 2016. Em termos de composição social, o público presente nas manifestações era majoritariamente de alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019). A identidade visual foi marcada pelo uso intensivo de símbolos nacionais, como a bandeira e o hino nacional, as cores verde e amarela e a camiseta da seleção de futebol. Mesmo cartazes e palavras de ordem também dialogavam com uma afirmação particular da identidade nacional e sinalizavam os “verdadeiros” interesses nacionais.

Os mote que unificavam os manifestantes eram a luta contra o PT – partido identificado como organizador da corrupção no país – e a defesa da Operação Lava Jato. Da terceira grande manifestação em diante, as mobilizações pró-impeachment ficaram recheadas de referências de exaltação da Lava Jato e de suas figuras mais importantes, como o juiz Sérgio Moro, os procuradores da força-tarefa de Curitiba e até membros da Polícia Federal. Em diversos cartazes, máscaras, camisetas e bonecos de papelão, as figuras da Operação eram retratadas como verdadeiros heróis da pátria que, por se situarem em um patamar moral superior, podem combater a política espúria. Em entrevista à imprensa, uma engenheira afirmou que sua família toda estava indo ao ato “em apoio ao Sergio Moro (...) ao Ministério Público, (...) à Justiça Federal, que é o que a gente precisa hoje, moralidade para o país”⁴. Uma manifestante paulista, na última mobilização, afirmou

⁴ GAZETA. Apoio a Sergio Moro e Lava Jato ganha as ruas nas manifestações. 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apoio-a-sergio-moro-e-lava-jato-ganha-as-ruas-nas-manifestacoes-3p6dtfajw6r4emj7vlhd7gc9y/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

que Moro “é um orgulho nacional. Representa tudo que a gente quer”⁵. Era preciso “mororizar o país”. O reconhecimento foi tão grande que próprio juiz divulgou nota agradecendo o apoio. Como veremos em seções seguintes, o salvacionismo moral de “Moro presidente, Deltan vice” encontrava respaldo tanto na redução do direito à técnica normativa quanto na presumida neutralidade e imparcialidade da burocracia de Estado, pois ambas supostamente se afastariam de questões político-partidárias.

2 O LAVAJATISMO ENTRE A FILIAÇÃO À BUROCRACIA E O PERTENCIMENTO DE CLASSE

Em linha semelhante a Perissinotto, Medeiros e Wowk (2008), não consideramos que os membros das instituições judiciais estejam submetidos exclusivamente aos princípios formais das leis, como agentes passivos e subordinados aos protocolos do mundo jurídico. Os magistrados, como exemplo paradigmático, estão submetidos aos princípios e deveres institucionais que regem sua ocupação profissional, mas passaram por socializações familiares e profissionais prévias que influem em suas decisões. Nesses termos, a interpretação da lei também depende da sedimentação de crenças e valores adquiridos previamente, formando um arcabouço ideológico que influiu na delimitação das competências profissionais. Diante disso, argumentamos que os magistrados e os membros das forças-tarefas da Lava Jato são todos parte do topo da burocracia de Estado – portanto, são parte de uma categoria social definida pelas normas do burocratismo (POULANTZAS, 2019) – e, simultaneamente, pertencem à alta classe média.

Uma carreira jurídica começa, necessariamente, com um diploma de bacharel em direito reconhecido pelo Estado. Os operadores do direito podem, a partir do bacharelado, escolher uma gama de ocupações profissionais que giram em torno da advocacia ou das carreiras jurídicas públicas. Os egressos com maior volume de recursos culturais e econômicos costumam se dirigir para grandes escritórios de advocacia ou para o topo das carreiras jurídicas, no qual estão advogados públicos, defensores, juízes, desembargadores, procuradores, promotores e ministros de tribunais. Tais carreiras na burocracia de Estado, mais visadas pelo retorno financeiro, estabilidade e prestígio, formam uma seleta camada de juristas. Não raro, isso sustenta uma “percepção de que seus

⁵ GAZETA. Sergio Moro é o herói escolhido pelos manifestantes. 13 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/sergio-moro-e-o-heroi-escolhido-pelos-manifestantes-dank06yikn70xpmps4auvtpf/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

membros fazem parte de um grupo não apenas insulado dentro do Estado, mas apartado da sociedade" (AQUINO, 2023, p. 129).

O recrutamento dos procuradores, promotores e magistrados transcorre mediante um longo e desigual processo de seleção, altamente excludente, cuja consequência é a predominância de homens brancos provenientes de famílias de alta classe média previamente vinculadas ao Judiciário⁶. Formam-se nas melhores escolas, frequentam cursinhos preparatórios, ingressam nas tradicionais faculdades de direito e, depois de alguns anos se dedicando exclusivamente ao estudo, conseguem as almejadas aprovações em concursos. Nessas provas, exigências como o domínio do cânone jurídico tradicional e a adequação postural e linguística são avaliadas de forma explícita ou implícita. Todo esse percurso é legitimado e validado sob o discurso de esforço, competência e méritos próprios dos "melhores profissionais". Sustentado por critérios supostamente técnicos e objetivos de seleção, a desigualdade da trajetória até a aprovação em um concurso público – tidos como ferramentas ideais de comprovação de méritos, dons e capacidades intelectuais – é ocultada. Por isso, os profissionais reunidos nessas carreiras compartilham um *ethos* particular de excelência meritocrática e formalismo na aplicação do direito, que comumente se associa a uma noção de superioridade moral, haja vista suas aprovações e sua posição elevada nas hierarquias internas das carreiras jurídicas (RAMOS; CASTRO, 2019).

Uma vez procuradores, juízes, desembargadores ou promotores, garantem uma série de benefícios e privilégios que reafirmam a posição de alta classe média. De acordo com Nunes e Teles (2021), nove entre as dez ocupações mais bem remuneradas no serviço público federal estão vinculadas ao Ministério Público e ao Judiciário. Segmentando as carreiras federais, Aquino (2023, p. 153) mostra que, em 2019, a remuneração mensal média mais baixa é de 26 salários mínimos, para Defensor público, e a mais alta é de 40 salários mínimos, para membro do Ministério Público da União. Além da alta remuneração, dispõem de benefícios, gratificações e auxílios para despesas como moradia e vestimenta. Por isso, são responsáveis por tornar os custos da justiça no Brasil tão elevados, mesmo em comparação com países mais ricos (DA ROS, 2015). Em suma, a formação das carreiras jurídicas de Estado é predominantemente de alta classe média e, em comparação com o restante da sociedade brasileira, os agentes vinculados ao sistema de justiça estão em uma posição social de excepcional privilégio.

⁶ De acordo com Aquino (2023), no ano de 2019, as carreiras jurídicas públicas apresentavam as seguintes porcentagens para sexo e raça/cor: 58,4% de homens e 78,7% de brancos.

O estudo de Oliveira *et al.* (2017) acerca dos membros do núcleo principal da Operação Lava Jato – 14 procuradores do MPF, 8 delegados da PF, o juiz Sergio Moro e o Procurador-Geral da República – corrobora a tese das raízes de classe da burocracia lavajatista. Os autores mapearam o vínculo genealógico dos operadores da Lava Jato e constataram que os membros da força-tarefa quase sempre são “advindos de famílias em que pais e familiares atuaram e/ou atuam no sistema de justiça, (...), portanto, pertencentes, a certa ‘dinastia jurídica’” (OLIVEIRA *ET AL.*, 2017, p. 4) ou com vínculos estreitos com o mundo da política. Os autores ainda destacam que o estudo permite compreender que os operadores da Lava Jato agem em conformidade com os interesses construídos em sua formação pessoal e profissional, “o que possibilita em certo sentido desmistificar ‘o mito das decisões neutras’ e de um sistema de justiça que atua em consonância com o ‘princípio da imparcialidade’” (OLIVEIRA *ET AL.*, 2017, p. 4).

Pelo exposto acima, embora não possamos inferir o posicionamento político dos magistrados de uma forma direta e essencialista por sua origem social, também não tratamos as instituições judiciais como isoladas dos conflitos de classe e seus agentes como livres de determinação social e apartados do restante da sociedade. Dito isso, é razoável supor que a ação da alta burocracia de Estado, ainda que condicionada pelas regras que organizam sua função e com autonomia relativa perante sua origem social, não é indiferente ao pertencimento de classe e nem aos conflitos de classe do processo político. Agem, em primeiro lugar, como categoria social inserida no aparelho de Estado e submetida ao conjunto de regras e normas previstas em sua cadeia hierárquica. De forma concomitante ao seu dever burocrático, seu pertencimento de classe e seu posicionamento político também exercem influência na modulação de seu comportamento, interesses e ideologia. Nesse sentido, a racionalidade técnico-jurídica da ação burocrática se envolve com os interesses oriundos do pertencimento de classe de seus agentes.

A ação política de parte da burocracia de Estado não é novidade na história política brasileira. Entre as décadas de 1920 e 1930, o movimento tenentista, liderado por uma maioria de oficiais de média e baixa patente, captou as insatisfações das classes médias com o arranjo político oligárquico que privilegiava a grande burguesia agromercantil (SAES, 1985). Suas bases sociais se enraizavam nas camadas médias urbanas, setor social do qual grande parte dos tenentistas eram pertencentes. Como membros do aparelho militar, os tenentes expressavam o inconformismo antioligárquico das camadas médias urbanas, convertendo-os em porta-vozes das aspirações da classe média. Entretanto, o tenentismo não era politicamente homogêneo. Uma franja liberal, representante da classe média

tradicional, traduziu em termos militares suas aspirações políticas de aperfeiçoamento das instituições da democracia liberal. Outra franja reformista e autoritária, vinculada às aspirações de melhoria das condições de vida da baixa classe média, veiculava uma defesa da reforma do Estado por meio da centralização administrativa e política.

Por conta dessa relação política, Saes (1985) considerou o movimento tenentista como a representação política da classe média, o que o levou a distinguir dois sentidos do termo representação. O grupo militar não poderia, em um sentido estrito, representar a classe média, pois seu modo de atuação, organização e inserção no aparelho burocrático impediria o estabelecimento de profundos laços com uma classe. Por consequência, a noção de representação utilizada se dá em um sentido amplo, na qual o discurso e a ação dos tenentes traduzem os interesses e exprimem as aspirações da classe média. Em suma, os tenentes assumiram o papel de representação dos interesses da classe a qual pertenciam por meio de uma ação pelos ramos da burocracia de Estado.

Dado o apego à bandeira anticorrupção e o discurso de moralização da política e de regeneração nacional, a comparação formal entre lavajatismo e tenentismo se mostra pertinente. Tal qual a “república” estava podre, o sistema político recente estava corrompido, cabendo aos agentes neutros e apartidários resgatarem a nação. Contudo, ainda que os elementos mencionados carreguem semelhanças, é preciso pontuar também as diferenças entre os conteúdos de classe do tenentismo e do lavajatismo, pois discordamos que a Lava Jato possa ser qualificada como uma espécie de “tenentismo de toga”. Diferentemente do tenentismo, cuja expressão de classe média derivou da ação da burocracia militar de baixas patentes, majoritariamente situadas na baixa classe média, o lavajatismo se revelou como ação direta dos “altos escalões” da burocracia estatal vinculada ao sistema de justiça, sendo parte e representando a alta classe média.

3 “PODEREMOS ENFIM REFUNDAR NOSSA REPÚBLICA”: O LAVAJATISMO COMO REPRESENTANTE POLÍTICO

É dessa mesma forma que podemos conceber a atuação da Operação Lava Jato como uma representação política, em sentido amplo, dos interesses da alta classe média. A relação política estabelecida entre os operadores lavajistas e a camada superior da classe média evidentemente não ocorre no âmbito eleitoral, mas tais membros da burocracia traduzem as aspirações antipetistas e anticorrupção desse setor social, bem



como seu desejo por regeneração nacional. Dito de outra forma, conforme a discussão sobre o pertencimento de classe dos operadores da Lava Jato, argumentamos que não somente são membros da camada superior da classe média, como também buscam responder os interesses dessa fração e se conectar com ela através de um discurso – difundido através dos meios de comunicação – contra o sistema da corrupção. Por isso, naquela conjuntura, a Operação Lava Jato pode ser considerada o “partido” da classe média, que receberá a aparência de um partido em defesa do Brasil. Vejamos mais detalhadamente essas ideias.

Há um considerável debate internacional acerca da chamada “judicialização da política” ou do “ativismo judicial”. A mudança de termos indica diferentes pressupostos teóricos e modelo normativos sobre os limites regulares da jurisdição do Judiciário em relação às instituições políticas. Dado o breve espaço deste artigo, mais interessante do que esmiuçar e criticar abordagens formalistas sobre os fenômenos de apreciação judicial da política é destacar que a Operação Lava Jato se insere em um quadro mais amplo de expansão do poder judicial. Embora globalmente situado, esse processo ganhou contornos particulares na América Latina, onde diversos processos de intervenção direta do poder judicial sobre a política institucional fundamentaram *impeachments* e/ou alcançaram lideranças políticas do campo da esquerda progressista (MARTUSCELLI, 2024). Na maior parte das vezes, os apelos judiciais estiveram associados à “virada internacional” nas formas de combate à corrupção (BRATSIS, 2017) – influenciada por organizações internacionais –, ampliando a autonomia das burocracias em relação às instituições de representação política e solidificando um discurso tecnocrática de “governança transparente”.

Embora cientes das divergências estratégicas e das prioridades entre seções da Lava Jato, notadamente Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro, identificamos uma tendência predominante de comportamento na Lava Jato e centramos nossa análise nas figuras de maior repercussão nacional, que foram reconhecidas pelos manifestantes antipetistas e pela oposição⁷. Exercício semelhante também foi realizado, no caso específico dos membros do MPF, por Santiago (2025). A autora destacou a constituição de uma camada lavajatista do MPF e identificou sua emergência com o processo de organização das bases sociais da bandeira anticorrupção, alcançando, especificamente, a alta classe média. O

⁷ A seleção dessas figuras ocorre, neste caso, de forma simultânea: tanto pela centralidade desses indivíduos na condução pública da Operação quanto pelo reconhecimento, de parte da sociedade, em cartazes, bonecos, panfletos e campanhas, como defensores da moralização da política e do combate à corrupção.

argumento esboçado é que os procuradores protagonizaram a representação de interesses de classe através de práticas anticorrupção, bem como participaram ativamente da agitação e organização da alta classe média por meio de uma campanha própria de agitação política.

Correndo o risco de soar repetitivo, tomamos o famoso artigo de Sergio Moro a respeito da Operação *Mani Pulite* como ponto de partida para a análise. Além de explicitar variadas características que seriam reproduzidas pela Lava Jato, manifestando seu interesse em reproduzir a operação italiana em solo brasileiro, o juiz de Curitiba destaca dois aspectos essenciais para uma efetiva “cruzada judiciária” contra a corrupção nas instituições nacionais: a) aliança com meios de comunicação visando criar na opinião pública um clima de insatisfação com o sistema político; e b) uso de mecanismos de exceção e instrumentos da justiça criminal como necessários para desmontagem de um sistema corrupto. Como defendeu Moro, além dos instrumentos criminais excepcionais, a Lava Jato dependeria de uma base social ativa em sintonia com a grande mídia. Para isso, seria necessário forjar um discurso.

O discurso de combate à corrupção propalado pelos operadores da Lava Jato para influenciar a opinião pública e a grande imprensa conciliou duas feições. Uma primeira feição está associada à dimensão jurídica, portanto, relativa à técnica, às normas, aos pressupostos da lei, isto é, aquilo que deveria ser cumprido haja vista que “a lei é para todos”. Uma segunda dimensão moralista e antissistema em sua aparência, mais propriamente política, vinculava os casos de corrupção do “sistema político” a mortes diárias, a um câncer que corrói as instituições brasileiras, criando todo um imaginário moralista de repúdio à corrupção. Todavia, nessa perspectiva, a corrupção é vista menos como consequência de causas estruturais e mais como decorrente de falhas morais e desvios de comportamento individuais de grandes poderosos, como políticos desonestos e empresários imorais. Num cálculo racional, “ele [o criminoso de colarinho branco] se corrompe porque os benefícios são maiores do que os custos”⁸. Tais dimensões jurídicas e políticas do discurso da Lava Jato corriam lado a lado: o processo estritamente técnico, conduzido na “letra da lei”, visava “depurar o sistema político” e “refundar a República”⁹.

⁸ Afirmiação proferida pelo membro da força-tarefa do MPF-PR Carlos Fernando dos Santos Lima. Ver: MACEDO, Fausto; AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo. ‘Vivemos em uma falsa República’, diz procurador da Lava Jato. O Estado de São Paulo, blog do Fausto Macedo, 18 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/vivemos-em-uma-falsa-republica-diz-procurador-da-lava-jato/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

⁹ Expressões também utilizadas por Carlos Fernando dos Santos Lima em matéria citada acima.

O primeiro componente desse discurso deriva tanto da concepção dominante de tecnicidade do direito (NAVES, 2014), amparado em normas técnico-jurídicas e leis impessoais codificadas que, emanadas do Estado como ordem normativa coercitiva, se afastam de questões político-partidárias, quanto da atuação “técnica, neutra e imparcial” dos funcionários de um Estado aparentemente universal e representante dos interesses nacionais. Nesse sentido, os membros da força-tarefa e o juiz Sergio Moro justificam suas ações com base nas normas jurídicas, no suposto “imperativo da lei”, nas técnicas do processo civil e penal que emanam da normativa estatal, bem como em seus deveres profissionais de cumprimento das normas do burocratismo que lhe conferem a condição de agente técnico, neutro e imparcial. Ao procurador, caberia o papel de zelar “para que criminosos paguem por seus crimes e, assim, sejamos uma sociedade com menos vítimas” (DALLAGNOL, 2017); ao juiz, recebido o pedido, competiria “julgar segundo a lei e as provas”, (MORO, 2021), agir “com correção, com base na lei, com base na imparcialidade”¹⁰, sem levar em conta “questões políticas, partidárias”¹¹. Em síntese, ambos se ancoram na mistificação do burocratismo e do direito burguês firmados na estrutura jurídico-política do Estado burguês (POULANTZAS, 2019).

Em uma segunda faceta, os membros da Operação Lava Jato empreenderam em suas inúmeras intervenções públicas um discurso moralista, maniqueísta e antissistema em sua aparência, capaz de fornecer uma justificativa para os problemas enfrentados pela classe média: era a corrupção sistematizada pelo PT. Os casos mais emblemáticos desses componentes foram dados por Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa de Curitiba. Em evento na Câmara dos Deputados para uma sessão extraordinária a respeito das “10 Medidas de Combate à Corrupção”, o coordenador da força-tarefa afirmou que a corrupção “mata”, pois é “uma assassina sorrateira, invisível e de massa (...) uma *serial killer* que se disfarça em estradas, em faltas de medicamentos, de crimes de rua e de pobreza”. A solução para tais crimes, que se equiparam à “traficantes e assassinos”, viria do combate à impunidade, para que “boas pessoas venham para a política”¹², de caráter íntegro. Em seu livro, o procurador continuaria o raciocínio:

¹⁰ CÂMARA. Sérgio Moro nega parcialidade e descumprimento da lei em atuação como juiz. Segurança, 02 jul. 2019. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/561390-sergio-moro-nega-parcialidade-e-descumprimento-da-lei-em-atuacao-como-juiz/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

¹¹ G1. Lava Jato revelou 'corrupção sistêmica', diz Moro nos EUA. Política, 9 abr. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/04/moro-ve-risco-de-reacao-do-sistema-politico-contra-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

¹² G1. 'Corrupção mata', diz procurador da Lava Jato no plenário da Câmara. Política, 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/corrupcao-mata-diz-procurador-da-lava-jato-no-plenario-da-camara.html>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Hoje um buraco na estrada pode matar alguém que você não conhece. Amanhã, um colega ou vizinho. Depois, alguém que você ama, seu filho ou filha, pai ou mãe, cônjuge ou irmão. A corrupção muda o destino das pessoas, do país – e pode mudar o seu também (DALLAGNOL, 2017, p. 59).

Em outro momento, Dallagnol apelou para uma comparação entre o combate à corrupção e o exercício profissional do médico, afirmando que a corrupção era um “câncer” que a Operação estaria diagnosticando e tratando. Somente a “cirurgia” poderia evitar que um “tumor endêmico” se espalhasse e colocasse “nossa sobrevivência em risco” (DALLAGNOL, 2017, p. 58). Em suma, os trechos revelam justamente o apego a uma dimensão moralista do combate à corrupção, uma tentativa de conceber uma moral universalizante contra a corrupção que possa envolver todos os cidadãos contra um “mal” que, cedo ou tarde, colocaria fim à vida de um ente querido. Como argumentou Almeida (2019, p. 95), os juristas da Lava Jato promoveram um reforço da dimensão moral sobre a legal: traduziram suas práticas legais ordinárias em termos morais e transformaram o combate à corrupção, com lógicas próprias dos instrumentos de combate ao crime organizado, como uma forma de moralização da política (KOERNER; SCHILLING, 2015).

Uma outra dimensão suscitada no discurso dos operadores da Lava Jato é a de que a corrupção teria sido “sistematizada” e se tornado endêmica, portanto, que o sistema político estava corrompido e precisaria ser regenerado. Não coincidentemente o título do livro publicado por Sergio Moro é justamente “Contra o sistema da corrupção”, no qual o ex-magistrado define a sistematização como a “organização da corrupção como um modelo de governo ou de negócios” que institucionaliza “o abuso do poder para ganhos privados” e estrutura o poder público “não em prol do bem comum”, mas para o aumento de patrimônio ou para perpetuar-se no poder (MORO, 2021). Por isso, como afirmou Dallagnol em audiência na Câmara, seria necessário “tratar o sistema (...) que favorece com que a corrupção surja”, um sistema “que deveria proteger a sociedade, proteger a vítima, proteger nós, o povo brasileiro”, mas que “opera como um escudo de impunidade para pessoas poderosas”¹³.

Em suas intervenções públicas, Dallagnol e Moro afirmam que a corrupção do sistema político teria sido perpetrada por um conjunto de “pessoas poderosas”, políticos e grandes empresários que, ambicionando perpetuar-se no poder, instituíram uma rede de corrupção dedicada a sustentar campanhas eleitorais e contratos fraudulentos,

¹³ CANAL MPF. Dallagnol fala sobre as 10 Medidas em audiência na Câmara. Youtube: 12 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rxBH3kAcPB0>>. Acesso: 8 jan. 2023.

especialmente por meio de empresas estatais. Perdurando este sistema, as instituições políticas seriam o espaço privilegiado da impunidade. Se a prática política é reduzida à construção de arranjos de “quadrilhas corruptas”, é também reforçada a crença segundo a qual a solução para a “sistêmica” corrupção estaria na atuação desprovida de envolvimento com a política e, portanto, “técnica, imparcial e apartidária em processos judiciais”¹⁴ pelas mãos de juízes e promotores. Dessa maneira, a atuação dessa camada da burocracia lavajatista foi decisiva do ponto de vista da criminalização da atividade política em oposição à necessária “concentração de poder nas mãos de funcionários do estado para o ‘bem maior’ de lutar contra uma ameaça existencial à nação” (SILVA, 2020, p. 92).

O combate da suposta “sistematicidade” da corrupção se vinculou a uma compreensão supostamente “antissistema” no processo político brasileiro, posto que haveria uma elite política e econômica perpetuando-se no poder graças aos privilégios conferidos pelo sistema político corrupto em oposição à “maioria honesta e silenciosa” do povo brasileiro. Seletivamente direcionado, como ficou explícito no evento de acusação de Lula e nos diálogos vazados entre Moro e os membros da forças-tarefa de Curitiba, esse discurso criado pela Lava Jato considerava que o “sistema” era precisamente uma criação do PT e, especialmente, de Lula. Diferentemente de grande parte dos membros que evitavam dirigir seu discurso contra o governo, Carlos Fernando dos Santos Lima não hesitava em responsabilizar o Governo Federal pelo “mau gerenciamento de nossa economia”, por distorções nos mecanismos da Lei Anticorrupção e por instruir os órgãos de combate à corrupção a agir de forma leniente com as empreiteiras investigadas pela Lava Jato. Esse “sistema” estaria sustentado por um “esquema em que se evidencia a utilização da corrupção como meio de se alcançar maioria parlamentar”¹⁵, referências diretas ao mensalão e a Lava Jato “como faces de uma mesma moeda” (RODRIGUES, 2021, p. 200).

Tanto o “mensalão” quanto o “petrolão” seriam, nessa perspectiva, esquemas de corrupção desenvolvidos por “um mesmo governo para alcançar a governabilidade corrompida, perpetuar o PT no poder de forma criminosa e promover enriquecimento ilícito”,

¹⁴ CARAZZAI, Estelita H. Deltan Dallagnol critica 'discurso hipócrita' a favor da Lava Jato. Folha de São Paulo. Poder, 4 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deltan-dallagnol-critica-discurso-hipocrita-a-favor-da-lava-jato.shtml>>. Acesso: 8 jan. 2023.

¹⁵ MACEDO, Fausto; AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo. ‘Vivemos em uma falsa República’, diz procurador da Lava Jato. O Estado de São Paulo, blog do Fausto Macedo, 18 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/vivemos-em-uma-falsa-republica-diz-procurador-da-lava-jato/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

como afirmou Deltan¹⁶. Se a estrutura de corrupção havia sido montada desde o mensalão e buscava perpetuar poderosos nos espaços de poder desde então, fica evidente que o sistema político a que se referiam era justamente aquele supostamente edificado pelos governos petistas. É o PT que estaria se perpetuando no poder por meio da sistematização da corrupção. Ainda mais: o alvo principal deveria ser o “comandante máximo do esquema de corrupção”, aquele que conseguia ser o “maestro desta grande orquestra” entre a “máquina partidária” e a “máquina de governo”. A “propinocracia” – em referência a *manipulite* – tinha no “centro do núcleo político o senhor Lula”, “o maior beneficiário do esquema”, o chefe de uma organização criminosa de lavagem de dinheiro e artífice de um sistema de desvio de recursos para abastecimento de campanhas políticas. Assim, Lula era o “objeto de desejo” da força-tarefa de Curitiba, como o próprio Procurador-Geral da República à época definiu em seu livro (JANOT, 2019).

Tais aspectos do discurso lavajatista permitiram que a Operação ainda assumisse, em sua difusão midiática e recepção nas classes médias, um maniqueísmo simplista. Conforme Barroso (2019, p. 18), a corrupção deveria ser combatida porque “favorece os piores. É a prevalência dos desonestos sobre os íntegros. Esse modelo não se sustenta indefinidamente. Só se o mal pudesse mais que o bem”. De um lado, o bem estaria representado pelos homens puros, salvadores da pátria, lutando contra o “sistema” – os heróis nacionais legitimados pelo recrutamento meritocrático. De outro lado, o mal se caracterizaria pelo “sistema” edificado por grandes poderosos, políticos impunes e empresários corruptos – os vilões partidários. Nessa trama epopeica, o Brasil seria salvo por heróis patriotas cujos valores éticos estariam associados à devoção ao ideal anticorrupção, contra o mal encarnado no petismo corrupto e criminoso, responsável por agir contra os “interesses nacionais” e organizar um sistema de impunidade.

“Seja juiz ou procurador. Seja herói”, dizia uma propaganda de cursinho preparatório para concursos públicos¹⁷. Não surpreende que a narrativa maniqueísta e moralista da Operação Lava Jato tenha sido representada cinematograficamente em um filme nacional e em uma série produzida por uma plataforma de *streaming*. Tampouco que as figuras

¹⁶ DIONÍSIO, Bibiana; CAMARGO, Isabela; VIANNA, José. Lula era o 'comandante máximo' do esquema da Lava Jato, diz MPF. G1-PR, 14 set. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

¹⁷ CAETANO, Guilherme. Cursinho preparatório compara juízes federais e procuradores da República a heróis. Revista Época, 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2017/01/cursinho-preparatorio-compara-juizes-federais-e-procuradores-da-republica-herois.html>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

envolvidas na Operação tenham lançado livros quase autobiográficos, como fizeram Janot, Dallagnol e Moro. A narrativa empreendida de bem contra o mal, de heróis contra vilões, cabia perfeitamente nos modelos feitos para midiatização. A série “O mecanismo”, por exemplo, retratava de forma romântica o processo judicial, como uma cruzada virtuosa dos agentes da lei contra a corrupção no país, opondo policiais honestos e incorruptíveis, perseguidos pelos seus ideais, a empreiteiros e políticos corruptos.

Para encerrar, a pergunta que deve ser respondida a essa altura do texto é como a atuação e o discurso da Lava Jato reverberaram na insurgente alta classe média brasileira. Tais elementos discursivos, encontrando ambiente propício na predisposição criada pelo mensalão, foram uma resposta categórica para a insatisfação da alta classe média com os governos petistas. A energia de revolta contra a corrupção emergente nas mobilizações de 2013, confiscada pela classe média, encontrou um catalisador na Lava Jato, que passou a estimular e representar tal sentimento de revolta contra o sistema político corrupto edificado pelos governos petistas. Ansiosa por um herói incorruptível que agisse conforme os supostos interesses nacionais para moralizar a política e detonar o sistema corrupto arquitetado pelo PT, a alta classe média encontrou na Lava Jato a atuação energicamente antipetista requisitada na campanha pró-impeachment.

Há um exemplo ilustrativo no livro publicado pelo Vem Pra Rua, um movimento – claramente de lideranças de alta classe média inseridas em atividades de gestão e supervisão do setor privado – responsável por organizar, juntamente com MBL e ROL, as manifestações pró-impeachment. De acordo com Chequer e Butterfield (2016, p. 188),

Da mesma forma que nós nos fortalecíamos com os desdobramentos da Lava Jato e levantávamos sua bandeira em nossas manifestações, a operação ganhava mais combustível com o apoio da população. Estabeleceu-se um processo de retroalimentação, em que ambos os lados saíam mais fortes.

O endosso à Lava Jato e a exaltação de seus principais membros permaneceram em vigor em outras manifestações marcadas para dezembro de 2016 e março de 2017. As mobilizações, cujos motes eram a defesa da Operação e a rejeição às mudanças feitas pela Câmara ao pacote de medidas anticorrupção, demonstraram o reconhecimento dos êxitos da operação e confirmaram o vínculo de representação política. O PSDB, outrora identificado como elemento de contenção do PT por parte da alta classe média, estava perdendo espaço e influência nessa base, como apontam os dados de preferência partidária e as inúmeras vaias e hostilizações que figuras tucanas receberam nas manifestações (SALOMÃO, 2023). A essa altura, as “10 Medidas Contra a Corrupção”

haviam se tornado um programa político do movimento anticorrupção. O pacote, apresentado ao Congresso Nacional por meio de uma campanha pública, buscava reforçar o papel do MPF de tutelar a política brasileira por meio de sua própria visão moral. Após sofrer reajustes por parte dos parlamentares, o projeto contrariou seus proponentes que responderam criticando a instalação da “ditadura da corrupção”¹⁸.

Sendo assim, a radicalização do antipetismo e a ideologia anticorrupção estariam muito bem atendidas pela enérgica cruzada moral dos lavajatistas contra o “sistema” lulista de manutenção no poder. Além deles, o nacionalismo da alta classe média (SALOMÃO, 2023, p. 102-105) encontrou na atuação da burocracia de Estado lavajatista – verdadeiros funcionários de uma instituição neutra e universal agindo tecnicamente – um representante contra as “ameaças existenciais à nação” (SILVA, 2020, p. 92). A entrada na cena política dessa camada da burocracia lavajatista, simultaneamente ao enfraquecimento do vínculo de representação entre alta classe média e PSDB, provocou uma mudança no vínculo de representação política. Não encontrando mais saída no hesitante PSDB, a solução veio por meio dos agentes lavajatistas, verdadeiros representantes “técnicos” dos interesses nacionais em oposição ao mundo particularista da política partidária, que conseguiram desmontar a perpetuação do PT no poder sob a forma de um partido em defesa do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que expusemos acima, a intervenção da Operação Lava Jato na cena política não está desvinculada dos conflitos de classe existentes no ciclo de governos do PT. Os membros da Operação Lava Jato, notadamente inseridos no Ministério Público, setores do Judiciário e Polícia Federal, são simultaneamente parte integrante do topo da burocracia de Estado e pertencentes à fração superior da classe média. Ainda que não possamos inferir seus posicionamentos políticos diretamente de suas origens ou posições sociais, seu pertencimento de classe importa à sua atuação. Nesse sentido, a Lava Jato não é uma ação estritamente institucional da burocracia de um Estado neutro e universal contra a corrupção, mas insere-se num quadro de reação da alta classe média contra os governos

¹⁸ VEJA. Lava Jato reage a mudanças nas ‘dez medidas’ e ameaça renúncia. Brasil, 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/lava-jato-reage-a-mudancas-nas-dez-medidas-e-ameaca-renuncia/>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

petistas. Em uma dimensão ampla, a Operação pode ser compreendida como representante político dos interesses da alta classe média naquela conjuntura.

Discutimos um reconhecimento duplo, de parte a parte. A Operação Lava Jato, por meio de seus principais integrantes, enxergou em sua base de apoio, presente na campanha pró-impeachment, um importante papel na execução das responsabilidades criminais pela corrupção. O discurso seletivo e instrumentalizado de combate à corrupção, construído por esta camada destacável da burocracia lavajatista para atrair sua base social ativa, conciliou duas facetas. Por um lado, ancorados na mistificação do burocratismo e do direito burguês, afirmavam que suas ações eram técnicas, neutras e imparciais. Por outro lado, declaravam estar enfrentando um sistema político corrompido pelo PT e, em defesa da nação e da moralidade pública, construíam um projeto político de combate à corrupção e regeneração da República.

Nesses termos, o discurso lavajatista canalizou as insatisfações da alta classe média e a atuação da Operação Lava Jato deu uma resposta contundente à revolta dessa camada. Em retribuição aos feitos, a alta classe média reconheceu na Operação sua representante contra um sistema político degenerado pelo lulismo. Em resumo, constatando a hesitação do PSDB em lutar contra o PT e o acúmulo de denúncias de corrupção envolvendo governos e políticos tucanos, a alta classe média passou a encontrar sua representação política justamente naqueles que encarnaram, sob a forma de “partido” em defesa do Brasil, um projeto político de combate à corrupção dos governos petistas. Por fim, não é de mais recordar que, nos anos seguintes, o lavajatismo enveredou para a política eleitoral e deu suporte à extrema direita brasileira, contrariando aqueles que contestavam a dimensão política da ação da burocracia lavajatista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico. Os juristas e a crise: a Operação Lava Jato e a conjuntura política brasileira (2014-2016). **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 96-128, 2019.

AQUINO, Luseni. Carreiras jurídicas, profissionalismo e Estado: Um olhar a partir do cenário federal. In: LOPEZ, Felix; CARDOSO JR, José. **Trajetórias da burocracia na Nova República**: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020). Brasília: IPEA. p. 129-167, 2023.



BARROSO, Luís Roberto. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: PINOTTI, Maria C. et al. **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. São Paulo: Portfolio-Penguin. p. 9-19, 2019.

BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

BRATSIS, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 44, p. 21-42, 2017.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 46, p. 103-125, 2018.

CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016). In: BOUFFARTIGUE, P., et al. (org.). **O Brasil e a França na mundialização neoliberal**: mudanças políticas e contestações sociais. São Paulo: Alameda, 2019.

CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. **Vem Pra Rua**: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil. São Paulo: Matrix, 2016.

DA ROS, Luciano. O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. NUSP/UFPR, Curitiba, v. 2, n. 9, p. 1-15, 2015.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção**: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 18, n. 32, p. 107-126, 2011.

GALVÃO, Andréia; TATAGIBA, Luciana. Contradições do capitalismo e conflito distributivo: Junho de 2013 à luz de uma abordagem integrada dos protestos. In: TAVARES, F. M. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (eds). **Junho de 2013**: Sociedade, Política e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

JANOT, Rodrigo. **Nada menos que tudo**: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque. São Paulo: Planeta Estratégia, 2019.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 255-286, 2018.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.) **Direita, Volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 75-90.



MARTUSCELLI, Danilo. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

MARTUSCELLI, Danilo. Reflexões críticas sobre o debate em torno do neogolpismo na América Latina. In: TZEIMAN, A.; MARTUSCELLI, D. E. (org.). **La crisis de la democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2024.

MORO, Sergio. **Contra o sistema da corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2021.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**. São Paulo: Expressão Popular; Dobra Editorial, 2014.

NUNES, Wellington; TELES, José. A elite salarial do funcionalismo público federal: sugestões para uma reforma administrativa mais eficiente. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 84, p. 1-24, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo *et al.* Prosopografia familiar da Operação "Lava-Jato" e do ministério Temer. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1-28, 2017.

PERISSINOTTO, Renato; MEDEIROS, Pedro; WOWK, Rafael. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 151-165, 2008.

PINHO, Patrícia. The dirty body that cleans: Representations of domestic workers in Brazilian common sense. **Meridians**, Northampton/MA, v. 13, n. 1, p. 103-128, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp. 2019 [1968].

RAMOS, Marcelo; CASTRO, Felipe. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2019.

RODRIGUES, Fabiana. **Operação Lava Jato**: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça Criminal. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SALOMÃO, Arthur. **Do PSDB ao lavajatismo**: a representação política da alta classe média na crise política do governo Dilma. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SALOMÃO, Arthur; GALVÃO, Andréia; CAVALCANTE, Sávio. Junho de 2013: conflitos de classe e impactos no processo político brasileiro. In: BOITO JR., A; MARTUSCELLI, D; GUILMO, N. (orgs.). **Instabilidade e crise na política brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2025, p. 55-85.

SANTIAGO, Milena. "A Lava Jato vai mudar o Brasil?": A agitação política lavajatista do Ministério Pùblico Federal. In: SALOMÃO, A.; FLORES, A. **Classes médias e pequena burguesia na crise brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2025, p. 131-169.

SILVA, Fábio de Sá. From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014–2018). **Journal of Law and Society**, Cardiff, v. 47, p. S90-S110, 2020.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOTAS

OS CONFLITOS DE CLASSE E A OPERAÇÃO LAVA JATO: A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O PROTAGONISMO JUDICIAL LAVAJATISTA E A ALTA CLASSE MÉDIA (2014-16)

Arthur Menezes Salomão

Doutorando e Mestre em Ciência Política

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas, Brasil
amsalomao@outlook.com

 <https://orcid.org/0009-0007-2732-0003>

HISTÓRICO

Recebido em:25/03/2025

Aprovado em:29/03/2025

Publicado em:05/12/2025

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

O autor foi responsável por todas as etapas.

FINANCIAMENTO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo nº 131745/2020-4.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não há possíveis conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

